

RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 2024001360116009990

Descrição da solicitação:

Em relação à contratação da Trend Show Promoções e Eventos Ltda. CNPJ 05.052.423/0001-79, solicito descrição dos resultados quanto à captação de patrocínio para o Carnaval 2024. Solicito essas informações: a) Cópia do contrato do município do Recife com a Trend Show; b) Valor de todos os patrocínios captados, incluindo pagamentos de shows e outros custos pagos diretamente pelas patrocinadoras; c) Foi pago algum valor à Trend pela Prefeitura? Quanto? Solicito cópia do empenho. d) Foi pago algum valor diretamente pelas patrocinadoras à empresa de captação? Quanto?

Descrição 1º Recurso:

Reiteiro as solicitações, sobretudo o item "b)": Valor de todos os patrocínios captados, incluindo pagamentos de shows e outros custos pagos diretamente pelas patrocinadoras. O evento ocorreu no início de fevereiro e já estamos no final de março, portanto não há motivo para que não se informe tais dados, mesmo que o documento final da prestação de contas ainda não esteja pronto. Repito: não solicitei o documento final da prestação de contas, mas sim informações de fácil acesso e que devem ser públicas, já que o evento ocorreu há mais de 40 dias.

Resposta da solicitação:

a. O documento encontra-se disponível no Portal da Transparência - mais especificamente no Portal de Compras -, disponível nesse link:

<http://portaldecompras.recife.pe.gov.br/contratos/CadContratoConsolidado.php>

Digitar o número do contrato 1601.1001.2024

b. A empresa contratada para a captação dos ciclos culturais do Recife não concluiu, até o momento, a prestação de contas do Carnaval.

c. Não foi pago nenhum valor, uma vez que a prestação de contas não foi concluída pela empresa contratada para a captação do Carnaval.

d. Não existe a previsão contratual de pagamento à empresa captadora do ciclo-carnavalesco por parte dos patrocinadores.

Resposta primeiro recurso:

Em resposta ao pedido de acesso à informação nº 2024001360116009990, considerando o que prevê a Lei nº 17.866/2013, que disciplina o acesso às informações públicas e regulamenta as restrições às informações no âmbito do Poder Executivo Municipal, que diz:

Art.3º - O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, o direito de obter:

I.orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

Como complemento, destacam-se:

A Lei Nacional nº 12.527/2011, art. 7º:

§3: “O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.”

E o Decreto Federal nº 7.724/2012, Art. 20:

O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.”

As respostas serão fornecidas tão logo a prestação de contas do carnaval seja finalizada, a fim de impedir divergências de informações

Atenciosamente,

RAFAEL SALVIANO
MARQUES
MARROQUIM:071789694
31

Assinado de forma digital por
RAFAEL SALVIANO MARQUES
MARROQUIM:07178969431
Dados: 2024.04.01 16:24:52
-03'00'

Gerência de Comunicação